



ANAIIS DA ASSEMBLEIA

PODER LEGISLATIVO

Nº SOLENE X

CURITIBA, SEXTA-FEIRA, EM 24 DE JUNHO DE 2005

ANO XXX

Mesa Executiva

HERMAS BRANDÃO Presidente - PSDB		
PEDRO IVO ILKIV 1º Vice-Presidente - PT	AUGUSTINHO ZUCCHI 2º Vice-Presidente - PDT	ARLETE CARAMÊS 3º Vice-Presidente - PPS
NEREU MOURA 1º Secretário - PMDB	GERALDO CARTÁRIO 2º Secretário - PP	ELIO RUSCH 3º Secretário - PFL
RENI PEREIRA 4º Secretário - PSB	PASTOR EDSON PRACZYK 5º Secretário - PL	
ABIB MIGUEL Diretor Geral		

Lideranças

Líder do Governo	Dobrandino da Silva
Líder da Oposição	Valdir Rossoni
PTB	Carlos Simões
PFL	Plauto Miró Guimarães
PSDB	Ademar Traiano
PMDB	Antonio Anibelli
PP	Cida Borghetti
PT	Tadeu Veneri
PDT	Barbosa Neto
PL	Mauro Moraes
PPS	Waldir Leite

Representação Partidária

PMDB - 11: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Cleiton Kielese - Delegado Braddock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca; **PT** - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; **PSDB** - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PFL** - 04: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; **PPS** - 04: Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; **PP** - 04: Cida Borghetti - Duílio Genari - Cesar Seleme - Geraldo Cartário; **PL** - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk; **PTB** - 02: Ailton Araújo - Carlos Simões; **PSB** - 02: José Domingos Scarpellini - Reni Pereira; **Sem Partido** - 02: Luiz Carlos Martins - Jocelito Canto.

SOLENE Nº X**SUMÁRIO**

Mesa Executiva	02
Presenças	02
Abertura da Sessão Solene	02
Composição da Mesa.....	02
Proponente:	
Deputado Rafael Greca	03
Cerimônia de outorga do título	05
Homenageado:	
Ministro Carlos Mário da Silva	
Velloso	05
Encerramento da Sessão Solene.....	07

SESSÃO SOLENE Nº X

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA SESSÃO SOLENE DE
OUTORGA DO TÍTULO DE
CIDADANIA HONORÁRIA AO
SR. MINISTRO CARLOS MÁRIO DA
SILVA VELLOSO - PRESIDENTE DO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
REALIZADA EM
24 DE JUNHO DE 2005**

*(sexta-feira)***Mesa Executiva:**

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariada pelos Srs. Deputados Cesar Seleme e José Domingos Scarpellini.

Presenças:

Às quinze horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Pedro Ivo Ilkiv, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Elio Rusch, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, André Vargas, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões,

Cesar Seleme, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Durval Amaral, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Domingos Scarpellini, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Nelson Garcia, Padre Paulo Campos, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni e Waldir Leite. Presentes também inúmeras autoridades civis, militares, representativas do Corpo Consular e demais convidados.

Abertura da Sessão Solene:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, declaro aberta a Sessão Solene de outorga de título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Excelentíssimo Senhor Ministro Carlos Mário da Silva Velloso, Presidente do TSE - Tribunal Superior Eleitoral.

Composição da Mesa:

Esta Presidência tem a honra de anunciar a composição da Mesa: Exmo. Sr. Ministro Carlos Mário Velloso, Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, nosso homenageado; Exmo. Sr. Desembargador Tadeu Marino Loyola Costa, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná; Exmo. Sr. Dr. Aldo Parzianello, Secretário de Estado da Justiça e da Cidadania, representando o Exmo. Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná; Exmo. Sr. Desembargador Clotário Portugal de Macedo Neto, Vice-Presidente do Tribunal Regional Eleitoral; Exmo. Sr. Juiz Fernando Eizo Ono, Presidente do Tribunal Regional do Trabalho; Exmo. Sr. Conselheiro Heinz Georg Herwig, Presidente do Tribunal de Contas; Exmo. Sr. Deputado Cesar Seleme; 1º Secretário da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná; Exmo. Sr. Deputado José Domingos Scarpellini, 2º Secretário da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Convido os presentes para ouvirem o Hino Nacional Brasileiro a ser cantado pelo Coral Paraná e executado pela Banda de Música da Polícia Militar do Paraná.

Proponente:

Esta Presidência tem a elevada satisfação de convidar o Exmo. Sr. Deputado Rafael Greca de Macedo para saudar o nosso homenageado, Ministro Carlos Mário da Silva Velloso, em nome do Poder Legislativo.

Sr. Rafael Greca de Macedo

Exmo. Sr. Presidente Hermas Brandão, Presidente da nossa Assembléia Legislativa; Exmo. Sr. Ministro Carlos Mário Velloso, Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, nosso homenageado; Exmo. Sr. Desembargador Tadeu Marino Loyola Costa, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná; Exmo. Sr. Dr. Aldo Parzianello, Secretário de Estado da Justiça e da Cidadania, representando o Exmo. Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná; Exmo. Sr. Desembargador Clotário Portugal de Macedo Neto, Vice-Presidente do Tribunal Regional Eleitoral; Exmo. Sr. Juiz Fernando Eizo Ono, Presidente do Tribunal Regional do Trabalho; Exmo. Sr. Conselheiro Heinz Georg Herwig, Presidente do Tribunal de Contas; Exmo. Sr. Deputado Cesar Seleme; 1º Secretário da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná; Exmo. Sr. Deputado José Domingos Scarpellini, 2º Secretário desta Assembléia Legislativa, distinguidos professores de Letras Jurídicas, distinguidos assistentes, minhas senhoras e meus senhores, meus caros Deputados e Deputadas.

(Lê):

“Afinal, eis-me aqui, engenheiro urbanista, a ousar um discurso de saudação a um dos maiores lentes das letras jurídicas do Brasil e do mundo, nosso homenageado Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Ministro do Supremo Tribunal Federal, Carlos Mário da Silva Velloso.

Acostumado aos projetos de engenharia, às precisas definições do urbanismo, onde tudo é retilíneo, racional e concreto, este engenheiro, Prefeito de Curitiba, Ministro de Estado, Deputado Federal, e hoje Deputado desta egrégia Casa, aprendeu na vida política as diferenças de linguagem, modos e tempos entre a Engenharia e o Direito.

Diferentemente do absoluto dos números, o Direito é constituído com fatos, provas, pensamentos e palavras.

E, como nos ensina Platão: ‘as palavras, tanto podem servir ao bem comum, quanto ao interesse egoísta e individual; as palavras, tanto servem à justiça, quanto à injustiça’.

Valha-me Deus, neste dia de São João Batista - também ele vítima do julgamento injusto - que lhe possa fazer justiça, eminente Ministro e Jurisconsulto, e agora paranaense.

Mineiro, nascido em Entre Rios, filho de honrado juiz, com formação escolar na lendária São João Del Rey, Carlos Mário da Silva Velloso é casado com a professora Marianna Penna Velloso, e tem quatro filhos, todos advogados: Rita de Cássia, Carlos Mário, Rosamaria e Ana Flávia, esta casada com o Ministro Francisco Rezek, Juiz da Corte Internacional de Haia.

Formado em Direito na Universidade Federal de Minas, em 1963, foi advogado em Belo Horizonte, e no ano seguinte, 64, já era Promotor de Justiça de Minas.

Em 66, foi aprovado Juiz de Direito do Estado de Minas. Em 67, Juiz Federal também em Minas.

Entre 70 e 71 dirigiu o Foro e foi feito Corregedor da Seção Judiciária Federal das Geraes.

Juiz do TRE de Minas, em dois períodos: de 69 a 71 e de 73 a 75.

Em 1974 presidiu a Comissão Apuradora das Eleições Parlamentares no Estado, feitas, pioneiramente pelo computador.

Foi empossado Ministro do Tribunal Federal de Recursos, em 1977.

Com a criação do STJ - Superior Tribunal de Justiça, em 1988, passou a integrá-lo.

Em 1989 foi Ministro do STJ e, em 1990, ascendeu ao cargo de Ministro do STF - Supremo Tribunal Federal.

Ali foi Vice-Presidente em 1997 e em 1999 foi empossado Presidente, cargo que exerceu até 1991.

A partir de 2003, passou a representar o Supremo, na condição de Ministro Efetivo do Superior Tribunal Eleitoral, corte que hoje preside.

Em toda esta trajetória, que separa o advogado de 1963, o Promotor de 1964, o Juiz de 1966, do Ministro do Supremo hoje, Presidente do Superior Tribunal Eleitoral, Carlos Velloso certamente descobriu que o ‘bem e o mal não são opiniões’.

O Bem é o que é bom, e o mal, é aquilo que é perverso.

Pode-se dizer que estamos diante de um profissional que sabe lidar com o dilema.

O dicionário define dilema como ‘o raciocínio que parte de premissas contraditórias e mutuamente excluídas, mas que, paradoxalmente, terminam por fundamentar uma mesma conclusão’.

Na resolução do dilema ocorre a necessidade de uma escolha entre alternativas opostas; isto resulta numa conclusão ou consequência, derivada da escolha de uma das alternativas’.

Terrível e admirada tarefa esta de resolver os dilemas da Justiça.

Em parte, é responder a pergunta de Pilatos a Jesus, no Tribunal do Lithóstratos, que os judeus chamavam de Gáбата.

Naquele dia, em Jerusalém, o Procurador romano, antes de lavar as mãos e mandar soltar o bandido Barrabás, perguntou ao sublime Salvador: ‘O que é a verdade?’ Jesus calou-se.

Era o silêncio virtuoso daquele que havia proclamado ‘bem aventurados os que têm sede de justiça’.

O Juiz toma, com a negra toga sobre os ombros, a obrigação de resolver o dilema e responder a pergunta calada no Tribunal de Pilatos.

Se lava as mãos, toma sobre si o sangue inocente.

O Juiz lida com a balança, o equilíbrio, a ponderação, a justeza dos propósitos. O conhecimento dos fatos e a busca dos desejos mais recônditos da alma humana.

Por isso, 'na engenharia da Justiça, na construção da Justiça, o tempo caminha mais devagar'. É diferente do tempo do jornalismo, da mídia, da notícia em tempo real.

Eis-me aqui, Sr. Ministro, também eu, em Brasília, uma vítima de um Procurador afoito, que não sabe ser 'a velocidade da informação é inimiga da ética'.

O Brasil espera que este tipo de Procuradores - função tão necessária à causa da Justiça - sejam sempre mais desacreditados. Felizmente, esse Luiz Francisco, meu algoz, já o é. V.

Exa., pelo seu saber jurídico, sabe mais que ninguém dos pecados do julgamento prévio. Nas democracias iluminadas pela clareza do direito, o ônus da prova cabe ao acusador. Ao revés, no Brasil, e mormente, e morbidamente, em Brasília, tem sido constante o inverso. Alguns Procuradores, ao invés de investigar, fazem julgamento prévio. Arma-se o escândalo, tecem-se as manchetes. Os desmentidos são poucos e parcos.

Mas, sabe V. Exa., que: 'a verdade espera, só a mentira tem pressa'. (Alexandre Vlahuta).

Esta, estimados Pares Deputados, meus senhores e minhas senhoras, a lição de vida do Cidadão Honorário do Paraná, Ministro Carlos Mário da Silva Velloso:

Professor titular da Universidade de Brasília, do Departamento de Direito dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação, regente das cadeiras de Teoria Geral do Direito Público e Direito Constitucional. Tem o título de Professor Emérito da mesma Universidade de Brasília. É também Doutor Honoris Causa de Craiova, na Romênia.

Autor do livro Temas de Direito Público, editado em 1994 pela Del Rey, editora de Belo Horizonte, já em segunda tiragem. É co-autor de mais de trinta livros, entre os quais destacamos: 'La Nouvelle Republique Brésilienne', livro que integra a Collection Droit Public Positif, editado em Paris, com os trabalhos 'Le Controle de Constitutionnalité' e 'Les Nouvelle Garanties Constitutionnelles'; 'Antologia Luso-Brasileiro e de Direito Constitucional', coleção de livros editados pela Saraiva, com o trabalho 'Mandato de Segurança - conceito líquido e certo'.

Há também sua obra o título 'Justiça: promessa e realidade - o acesso à Justiça em países iberos-americanos', editado no Rio, pela Nova Fronteira. Mais o basilar trabalho sobre Direito Eleitoral Brasileiro, publicado em Belo Horizonte, pela Del'Rey, em 1996, com o título: 'A Reforma Eleitoral e os rumos da democracia no Brasil'.

Em Boston, sede da universidade Harvard, Carlos Mário Velloso falou da Ordem Jurídica Brasileira, com o trabalho de doutrina 'Jurisdictional Protection of Fundamental Rights in the Brazilian Juridical Order', trabalho que dedicou ao professor Geraldo Ataliba.

Carlos Mário Velloso também homenageou Geraldo Vidigal com o admirado estudo escrito com a coordenação de Ives Gandra Martins e José Renato Nalini, com o trabalho 'A justiça e o seu problema maior: a lentidão'.

Ministro Carlos Mário Velloso: com tantas conferências, no Brasil e no exterior, mais de trinta trabalhos jurídicos publicados, é difícil resumir-lhe obra e bibliografia. Descobri até um livro que este engenheiro apreciaria consultar e conhecer: 'O imposto único sobre minerais e as empresas de construção civil', publicado em Belo Horizonte, em 1969.

Não podemos esquecer sua participação, na Paris de 1988, a discutir a Nova República Brasileira e nossa Constituição.

No mesmo ano, brilhante, sua participação enquanto conferencista do Encontro Hispano Brasileiro de Direito Público, a falar sobre o Equilíbrio Federativo.

Recordaram-me, em Lisboa, sobre sua aula magna na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

Registram os fastos jurídicos seu brilho na Conferência de Tikal, no Panamá.

Tanto conhecimento, capaz de justificar a sentença de Jô, de que 'o homem é o que 'homem conhece', nos leva a perguntar: 'será cega a Justiça?' Não é.

Temis, a deusa romana dos Tribunais, sempre foi representada com os olhos bem abertos, sinal de descortínio e clareza de visão. Sua venda, hoje tradicional no símbolo da Justiça, teria sido aposta pelo pintor Rafael Sanzio, de Urbino, depois de sofrer injustiça de um dos papas romanos.

Mas, voltemos ao currículo de nosso Ministro.

É membro da Academia Brasileira de Letras Jurídicas, com sede no Rio; da Association Française des Constitutionalistes, com sede na Aix-en-Provence; pertence à Academia Internacional de Direito Econômico e Economia, com sede em São Paulo; ao Instituto Histórico e Geográfico de Minas; Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal; Instituto dos Advogados de Minas e à Associação dos Magistrados Brasileiros.

E mais: é membro da Associação de Direito Financeiro, sediada em Haia; da Société Internationale de Droit Penal Militaire e Droit de La Guerre, com sede em Bruxelas; do Instituto de Estudos Políticos, com sede em Brasília; do Instituto de Direito Comparado Luso-Brasileiro, com sede no Rio; e sócio honorário do Instituto dos Advogados de São Paulo.

Foi agraciado com a Grande Medalha da Inconfidência; Gran Cruz da Ordem do Mérito de Rio Branco, aliás, meu colega desta honraria; Gran Cruz da Ordem do Mérito da Bahia, igualmente meu colega neste mérito; Grande Medalha Presidente Juscelino Kubitschek do Estado de Minas; Grande Oficial do Mérito Militar, Aeronáutico e Naval.

É Grande Oficial da Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho; ganhou da Academia Brasileira de Letras as medalhas Machado de Assis e Austragésilo de Athayde.

Eis uma vida a dar razão aos ensinamentos do grande Bertrant Russel, talvez um dos nossos contemporâneos com mais sede de Justiça, também ele um injustiçado, impedido por inveja e mediocridade, por

medo e por ódio, de lecionar na Universidade de Nova York, em 1940.

Ensina-nos o benevolente Lord Russel: 'Nem a miséria, nem a loucura, me parecem partes inexoráveis do destino da humanidade. Estou convencido de que a inteligência, a paciência e a eloquência, mais tarde ou mais cedo, poderão liberar a espécie humana das torturas que se impõe a si mesma. Desde que a humanidade não se elimine antes. Com base nessa crença, sempre abriguei um certo otimismo, ainda que, à medida que fui envelhecendo, o otimismo foi se fazendo mais sóbrio, e as manifestações de felicidade, mais distantes.

Porém me sinto completamente incapaz de estar de acordo com aqueles que aceitam de um modo fatalista que os homens tenhamos nascido para padecer. Não é difícil adivinhar as causas da infelicidade e da injustiça, tanto do passado como dos nossos dias.

Têm sido a pobreza, as pestes, as fomes, tudo devido ao inadequado domínio do homem, sobre a natureza. E também o inadequado domínio sobre nossa própria natureza.

Tem havido guerras, opressões e torturas, que tiveram por causa a hostilidade dos homens entre si.

E tem havido misérias enfermias, propiciadas por credos tenebrosos, que conduziram os homens a profundas discórdias internas, a ponto de fazer inútil toda a prosperidade exterior.

Nada disso é necessário. Em todos os casos, se conhecem meios pelos quais se podem superar a injustiça e a opressão. No mundo moderno, se as comunidades são infelizes, se deve ao fato de que assim o hão elegido. Escolheram ser infelizes. Ou, para falar com mais precisão, porque têm ignorâncias, hábitos, maus costumes, crenças ou paixões que apreciam mais que a felicidade, ou, inclusive, apreciam mais que a vida.

Encontro muitos homens nessa nossa perigosa época, que parecem enamorados da miséria e da morte, e se enfurecem quando se lhes sugere a possibilidade de abrigar esperanças'.

É preciso buscar uma moral e uma justiça, desprovida de superstição, de corrupção e de loucura organizada: uma moral da qual estejam ausentes estes conhecidos gêmeos: o medo e o ódio. Uma moral e uma justiça que derrotem o passado bárbaro.

Sejam capazes de serem acolhidas por todos os homens razoáveis, e façam com que a humanidade se ame tão apaixonadamente, como hoje deseja a desgraça e a ruína de seus inimigos.

Será novo o tempo em que a moral e a justiça abriguem o otimismo e a esperança.

Será a civilização humanitária que merecemos, mas ainda não temos.

Vidas quais a do ilustre Ministro Carlos Mário Velloso, nos propiciam a certeza de que este tempo sonhado ainda chegará."

(Coral Canta sou Paranaense)
(Aplausos)

Cerimônia de Outorga do Título:

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Solicito ao Exmo. Sr. Deputado Cesar Seleme, 1º Secretário desta Casa, para que proceda à leitura dos termos do Diploma a ser conferido ao nosso ilustre homenageado.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Cesar Seleme)

(Lê):

"República Federativa do Estado do Paraná, Cidadania Honorária do Paraná. Os Poderes constituídos do Estado do Paraná no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 12.347 datada de 06 de novembro de 1998, conferem ao Exmo. Sr. Ministro Carlos Mário da Silva Velloso, o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná, para que mandaram expedir o presente diploma.

Curitiba 24 de junho de 2005. Assinam o Diploma os Exmo. Srs. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná; Hermas Eurides Brandão, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná; Desembargador Tadeu Marino Loyola Costa, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Esta Presidência tem a honra de convidar o Presidente do Tribunal de Justiça Desembargador Tadeu Marino Loyola Costa para proceder a entrega do título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Exmo. Sr. Ministro Carlos Mário da Silva Velloso.

(Entrega do Título)
(Aplausos)

(Banda Executa Música)
(Aplausos)

Homenageado:

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Esta Presidência tem a honra de conceder a palavra ao Exmo. Sr. Carlos Mário da Silva Velloso, o mais novo cidadão Honorário do nosso Estado do Paraná.

Sr. Carlos Mário da Silva Velloso

O SR. CARLOS MÁRIO DA SILVA VELLOSO

Eu pedi ao Presidente para falar desta tribuna, sei que só poderia fazê-lo devidamente autorizado, porque aqui só sobe quem tem voto. De maneira que, devidamente autorizado, faço uso desta tribuna.

Exmo. Sr. Deputado Hermas Eurides Brandão, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná; Exmo. Sr. Aldo Parzianelli, Secretário de Estado da Justiça e Cidadania, aqui representando o Exmo. Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná; Exmo. Sr. Desembargador Tadeu Marino Loyola Costa, meu eminente colega, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná; Exmo. Sr. Clotário Portugal de Macedo, Vice-Presidente do Tribunal Regional Eleitoral, também meu eminente colega; Exmo. Conselheiro Heinz G. Herwig, Presidente do Tribunal de Contas; Exmo. Sr. Juiz Fernando Eizo Ono, Presidente do Tribunal Regional do Trabalho; Exmo. Sr. Deputado Cesar Seleme, 1º Secretário da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná; Exmo. Sr. Deputado José Domingos Scarpellini, 2º Secretário da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, eminente Deputado, prezado amigo Rafael Greca de Macedo, Srs. Deputados, Srs. Magistrados, meus colegas, senhores professores, advogados, minhas senhoras e meus senhores.

É grande a honra de receber o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná. Nós mineiros aprendemos a admirar o povo e o Estado do Paraná. Lembro-me ainda, de calças curtas, ouvia o meu pai dizer que aqueles que fossem trabalhadores que quisessem fazer fortuna deveriam dirigir-se para o Estado do Paraná, porque no Paraná se trabalhava e o trabalho era regamente retribuído.

Lembro-me ainda de calças curtas, de muitos mineiros que deixaram a minha Entre Rios em direção ao Paraná. Há cerca de vinte anos atrás, em Londrina, ali na companhia do professor Geraldo Ataliba, para um simpósio, estava num hotel quando me telefonaram dizendo que na portaria, na recepção, uma senhora desejava falar comigo. Desci, ela abraçou-me e disse: eu sou Velloso, sou da sua família. Conferimos e era. De modo que tenho neste Estado, em Londrina, naquele Norte do Paraná, uma região riquíssima em bens materiais e bens morais, espirituais, parentes meus que ajudaram a construir alguma coisa, puseram um tijolinho nesta notável construção que é o Estado do Paraná.

De maneira que é com muita honra, Sr. Presidente, que recebo este título; com muita alegria vou levá-lo para minha família. É com muita alegria também que vou dedicá-lo a uma pessoa muito querida que há pouco se foi e nos deixou. E porque essa pessoa, minha filha, lutava pelos valores morais, pela ética e o que eu vi aqui hoje partir do discurso desse notável homem público que é o Deputado Rafael Greca de Macedo, foi, Deputado, um hino à ética, um hino à moral, esses princípios muito próprios do povo do Estado do Paraná. Por isso dedico a essa pessoa que eu muito amava e amo esse notável título.

Quero agradecer e o faço sensibilizado, as palavras do Deputado Rafael Greca de Macedo. Já o disse, as suas palavras, Deputado Rafael Greca de Macedo, constituem na verdade um hino à moral, um hino à ética e por isso mesmo e em consequência, um hino à justiça.

Sua Exa. começou por dizer, afirmar ser engenheiro. Pois eu lhe digo, Deputado Rafael Greca de Macedo, sem-

pre que nós a juízes nos tribunais queremos fazer obra nova, queremos inovar com base na lei, com base na Constituição, sempre que queremos fazer com que a lei fale - é de Cícero a sentença de que a "Lei é o magistrado mudo; magistrado é a lei que fala". Pois bem, sempre que desejamos realizar esse desiderato ciceroniano, nós falamos estamos fazendo "engenharia constitucional, construção constitucional, Constituição, construção jurisprudencial. Vejam como engenheiros da lei e da Constituição.

Agradeço a S. Exa. às suas palavras generosas, não importa; certo de encheram o meu coração de alegria. Fiquei feliz. Muito obrigado!

Este encontro, Sr. Presidente, Srs. Deputados nos propicia, ainda que a vôo de pássaro, algumas reflexões. Afinal, estamos na Casa do povo paranaense, porque aqui estão os lídimos representantes do povo paranaense. A democracia possível nesta quadra de século, é mesmo a democracia representativa, a democracia em que o titular do Poder que é o povo, manda através de representantes. De modo que em uma Casa assim parece que algumas reflexões podem ser feitas. Pedi licença ao eminente Presidente e Srs. Deputados, para dizer-lhes da máxima importância de algumas reformas políticas que precisariam ser feitas neste país. Começaria por dizer-lhes que o financiamento das campanhas políticas, das campanhas eleitorais deveria ser visualizado pelos representantes do povo brasileiro no Congresso Nacional.

Penso que despejar dinheiro público em campanhas políticas, dinheiro em espécie, quando tantas são as prioridades existentes, não me parece conveniente. Vejo que nas grandes cidades o problema da violência precisa ser atacado e isto requer dinheiro. Nas ruas das grandes cidades, nos faróis, nos sinais, crianças de rua fazem malabarismos a troco de alguns centavos, uma esmola. O problema de saúde, de educação isso tudo é prioritário parece-me, de modo que despejar dinheiro público em espécie em campanhas políticas não me parece razoável. Mas é conveniente e é muito mais relevante que o Poder Público participe desse financiamento.

Aliás, já temos financiamento público com o horário gratuito na televisão e nas rádios que é gratuito para os partidos e para os candidatos, mas não é gratuito para a União que financia. E o financia entretanto, Sr. Presidente, de modo inteligente, que faz com que até muitos homens públicos com quem tenho conversado ultimamente, até ignorem. É o financiamento mediante incentivos fiscais. Penso que esta seria a fórmula de a União participar do financiamento das campanhas públicas, distribuindo incentivos fiscais àqueles que contribuíssem para os partidos políticos em um caixa formado com a fiscalização direta com a justiça eleitoral.

Penso que, com isso, certamente não evitaríamos todo o famigerado "caixa dois"; não sou ingênuo para dizer ele terminaria aí, mas penso que 80% dele seria eliminado, porque interessaria àqueles que fazem doações, declará-las, porque seriam compensados com incentivos fiscais, isenções fiscais. Penso que esta é a fórmula.

Outra questão, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que coloco à reflexão nesta tarde tão bonita, é a questão da reeleição. A história republicana brasileira não conhece a reeleição dos Chefes dos Poderes Executivo Federal, Estadual e Municipal. Isto surgiu há pouco e não sei se está prestando bons serviços à democracia brasileira. Penso que seria hora de raciocinarmos em termos de realizarmos eleições simultâneas. Perguntava-me o jornalista em quanto fica uma eleição geral neste País. E eu desinformei, certamente por baixo, depois vou conferir com os meus assessores que aí estão; falei em quinhentos milhões de reais. Quantas casas populares poderiam ser construídas com quinhentos milhões de reais? Quantos Hospitais poderiam ser construídos? Quantos professores poderiam ser contratados? Quantas escolas com tempo integral para recolher as crianças abandonadas nas ruas poderiam ser construídas com esse dinheiro? E os romanos têm uma sentença....

(expressão inaudível)

Por que trago a sentença aos romanos? Porque a realização disso implicaria e importaria na prorrogação de mandato, que não é republicano, mas...

(expressão inaudível)

Seria a única saída. Resolveríamos uma questão política que realmente atormenta àqueles que se preocupam com o futuro da democracia brasileira.

Mas, meus senhores, perdão, se o magistrado quis palpatar num tema que é de V. Exas. mas o magistrado é também cidadão. E quando o magistrado preside um Tribunal que está envolvido nessas questões, eu penso que lhe é lícito também opinar. Opinião que tenho certeza, os meus anfitriões percebem, se faz com a melhor das intenções e com pensamento na nacionalidade.

Quero renovar os meus agradecimentos aos Srs. Deputados do Paraná que me concederam o grande título que levarei para a minha família, para os meus, que dedico à pessoa que eu muita amava e que se foi; faço realmente com muita honra.

Quero agradecer novamente, reiterar os agradecimentos a V. Exa. Deputado Rafael Greca de Macedo por suas palavras. Realmente V. Exa. construiu um discurso tenso de idéias, um discurso que é realmente de engenheiro, porque engenheiro é aquele que constrói.

Agradeço e reitero a V. Exa. Quero manifestar a V. Exas. quero fazer-lhes, Srs. Deputados, meus colegas magistrados, uma profissão de fé. Acredito na democracia brasileira. Acredito na magistratura brasileira.

Cerca de quarenta anos como magistrado percorrendo este País, posso dizer-lhes que tirante talvez uma meia dúzia de juízes que não honraram a toga, a maioria

da magistratura brasileira se compõe de homens sérios e homens dignos.

Quero dizer-lhes numa profissão de fé, que acredito que somente numa magistratura forte, numa magistratura bem organizada, numa magistratura consciente de sua missão, poderá colaborar com V. Exa. na construção da democracia brasileira, a democracia possível nesta quarta de século, que é a democracia representativa.

Agradecendo e entendendo que o título que me conferiram me farão maior como magistrado, quero dizer-lhes que, acreditando na magistratura, acredito que magistrados, um Poder Judiciário forte impedirá sempre a formação de grupos que pregam o despotismo.

E agora surge a lembrança de uma passagem de um livro escrito já no século XIX por Eduard Labulé, quando ele diz o seguinte: "O homem que teve a coragem de jogar, de dizer a Frederico O Grande não conseguiria tomar-lhe o moinho, porque havia juízes em Berlin". Eduard Labulé tira dessa frase que se tornou célebre uma conclusão que me parece correta. Ele assim o fez, assim o diz, porque havia juízes em Berlin, e onde há juízes, não há déspotas. Um século depois um tirano realizou o holocausto de um povo. E o fez porque os juízes já não existiam ou já estavam sufocados, asfixiados pelo próprio tirano.

Meus senhores esta é a minha profissão de fé. Quero um Poder Judiciário justo, forte neste país, porque com isso não teremos déspotas!

Muito obrigado!

(Aplausos)

(Coral Canta "Cancion con Todos")

Encerramento da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Esta Presidência deseja expressar o seu mais profundo agradecimento pelas autoridades civis, militares, do corpo consular, da Banda de Música da Polícia Militar, do Coral Paraná, bem como dos demais presentes que aqui compareceram honrando e dignificando o Poder Legislativo.

Convido os presentes a ouvirem o Hino do Paraná, após o quê declaro encerrada a presente Sessão Solene. O nosso homenageado receberá os cumprimentos no salão nobre.

(É executado o Hino do Paraná)

Levanta-se a Sessão.

